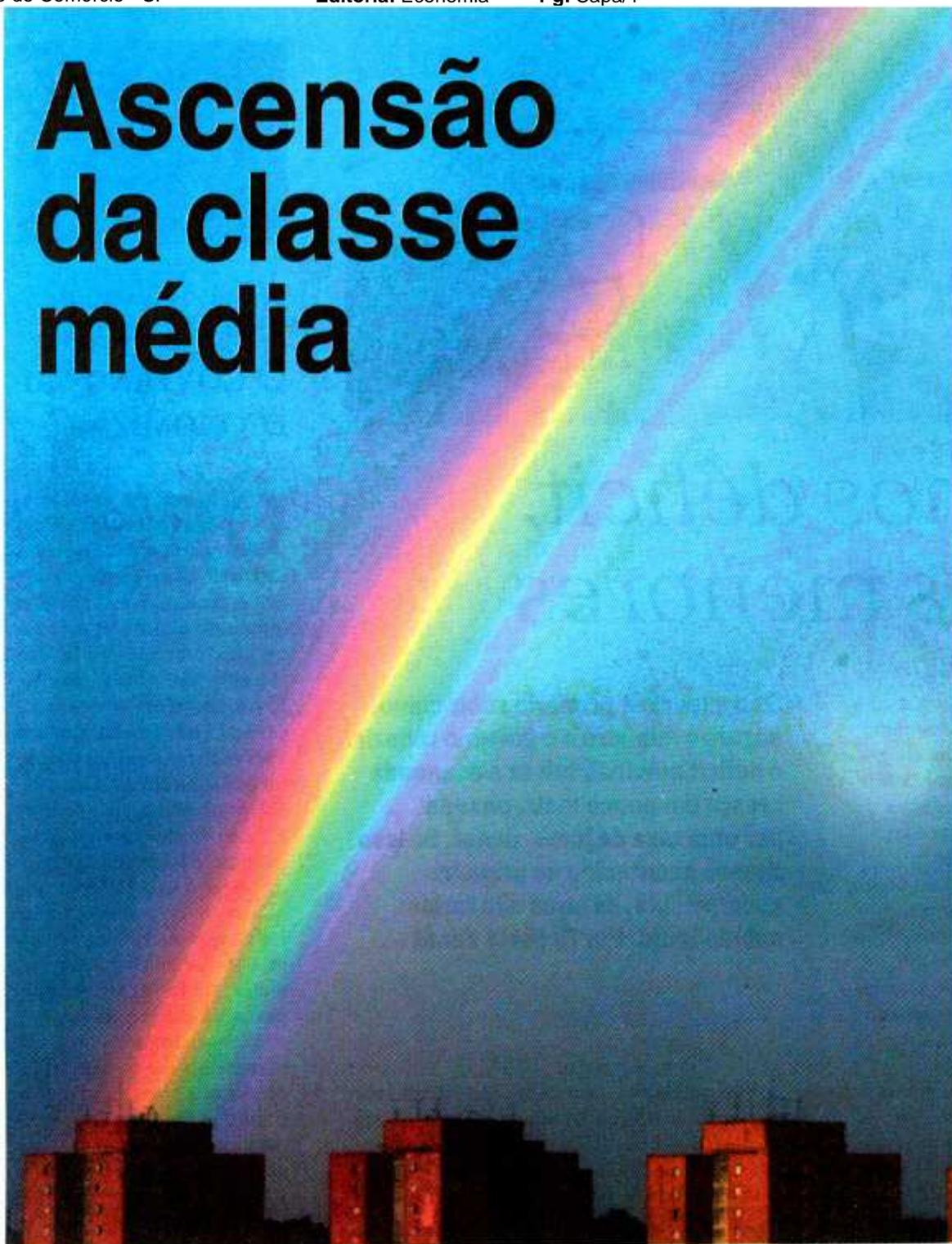


Ascensão da classe média



A classe média já reúne 51,89% dos brasileiros, ou 10 pontos percentuais a mais do que os 42,26% contados em 2004. Com renda maior, entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591, os novos classe C cresceram com a estabilidade macroeconômica e o aumento do emprego com carteira assinada. *Economia 1*

CLASSE MÉDIA CRESCCE E CONQUISTA NOVOS ESPAÇOS

A classe média já representa mais da metade da população nas seis principais regiões metropolitanas do País. Com renda maior e comprando mais, as famílias desta faixa foram as grandes beneficiadas pela estabilidade macroeconômica e pelo aumento do emprego com carteira assinada. É o que revela o levantamento "A Nova Classe Média", divulgado ontem pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo a pesquisa, hoje há maior probabilidade de ascensão da classe média às camadas mais altas de renda do que há seis anos.

Desde 2002, a participação da classe média na população economicamente ativa (PEA) aumentou de 44,19% para 51,89% nas seis regiões metropolitanas – Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre –, que formam a base da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No levantamento da FGV, a classe C é classificada como média, com renda mensal domiciliar entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591.

O economista Marcelo Nery, um dos coordenadores da pesquisa, usou dados da PME para traçar um retrato da atual classe média e sua evolução nos últimos seis anos. Ele aponta a expansão nos empre-

gos formais como um dos principais fatores que contribuíram para inflar essa faixa de renda. "A carteira assinada é o grande símbolo da classe média", sentencia. O fenômeno é dissociado dos efeitos de programas assistenciais, como o Bolsa Família, por exemplo. "Na verdade, a nova classe média é aquele segmento do meio. Esse grupo emergente cresceu muito nos últimos anos a partir do próprio trabalho", afirmou.

51,9

por cento é a atual participação da classe média na população das seis principais regiões metropolitanas do País.

O aumento no número de pessoas empregadas pode ter contribuído para reduzir os índices de pobreza e miséria nos últimos seis anos, como indicou a pesquisa. "O levantamento apresentou um cenário positivo também no combate à desigualdade", afirmou Nery. Segundo o economista, a participação das famílias na faixa

da miséria, com renda próxima de zero, no total da população pesquisada caiu de 34,93% para 25,16%. "Estamos com uma boa safra de indicadores sociais", disse.

A melhora também foi detectada pelo Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. O valor desse índice varia de 0 a 1 – quanto mais próximo de 1 ficar o indicador, maior a desigualdade. De abril de 2002 a abril deste ano, o Índice de Gini passou de 0,62 para 0,58.

Pouca qualificação – Para Nery, um dos pontos fracos apontados pelo levantamento foi a ausência de mão-de-obra qualificada para cargos com maiores salários. "Antes tínhamos uma crise de desemprego. Hoje, temos um apagão de mão-de-obra", disse. A pesquisa revelou ainda que a renda média domiciliar da população pesquisada saltou de R\$ 1.784,08 para R\$ 1.956,90 de abril de 2002 para abril deste ano, um aumento de 9,6%.

Nos últimos seis anos, a participação das classes A e B – famílias com renda superior a R\$ 4.591 mensais – também aumentou nas seis regiões metropolitanas, passando de 11,61% para 15,52%. Já a participação das classes mais baixas, que ganham menos de R\$ 1.064 por mês, caiu de 46,13% para 32,59% da população. (AE)